

Implicações das eleições para a Assembleia de Sábios numa teocracia democrática

A ambiguidade da estrutura política da República Islâmica do Irão, com uma mistura incongruente de democracia e teocracia, plasma-se na Assembleia de Sábios.

As eleições no Irão, a 15 de Dezembro de 2006, para a Assembleia de Sábios – o órgão congressional constituído por 86 membros que têm formação religiosa e passaram determinadas provas de competência jurisprudente – são democráticas, pois a escolha é feita através do voto directo.

Mas, ao mesmo tempo, as eleições também podem ser consideradas não-democráticas: os candidatos são examinados pelo todo-poderoso órgão religioso, o ultra-conservador Conselho de Guardiões, que assegura que têm as necessárias credenciais religiosas, ideológicas e legais. Assim sendo, o Conselho de Guardiões acabou por, basicamente, inabilitar quaisquer candidatos alternativos à Assembleia de Sábios; daí que praticamente não exista competição. Em 1998, o Conselho de Guardiões afastou muitos dos candidatos reformistas à Assembleia. Esta característica do processo eleitoral tornou a Assembleia num exercício político não-competitivo. E no final, é o Conselho de Guardiões, mais do que a população, que decide, em última análise, a composição da Assembleia.

Mesmo assim, a Assembleia pode ser considerada uma instituição democrática no sentido em que desempenha uma função de agência regulatória, exercendo freios e contrapesos relativamente ao poder do Líder Supremo, detentor da posição de *velayat-eh faqih*, ou “guardião da jurisprudência” (que é, ironicamente, a menos democrática das instituições do Irão). Contudo, paradoxalmente, apenas a Assembleia tem a autoridade para nomear o Líder Supremo no caso de o incumbente ser afastado ou morrer, e não a população. Além do mais, apenas a Assembleia tem o poder de interpretar a Constituição.

Apesar de estas eleições estarem pouco presentes nas preocupações da vida quotidiana, nas questões de política externa ou de estratégia, serão psicologicamente importantes e terão impacto na vida política iraniana. As eleições são significativas em três sentidos. Primeiro, serão um teste decisivo à viabilidade dos reformistas, permitindo analisar se serão ou não capazes de voltar à política e de unir as várias facções numa coligação. Segundo, as eleições serão um teste à capacidade dos conservadores manterem o seu impulso, revelando se são ou não capazes de sobreviver e consolidar o seu poder até às próximas eleições presidenciais.

Finalmente, a participação nas eleições irá indicar se o público iraniano tem um interesse genuíno na política interna. Nos últimos anos, o eleitorado tem estado relativamente desinteressado. A ausência de uma transformação substantiva por parte dos reformistas, e a abordagem dura do lado dos conservadores, tornou a vida política muito difícil. A participação irá indicar se o público está preparado para regressar, se tem algum interesse na vida política, e se a sua energia pode reconstituir-se para as próximas eleições presidenciais.

Apesar de o processo de “selecção” limitar fortemente o número de candidatos reformistas, esta eleição é, mesmo assim, importante para os reformistas. Se conseguirem galvanizar o público, é possível que possam regressar às “bases” e remobilizarem-se a si mesmos. Se até nisto falharem, haverá, psicologicamente, uma sufocação das esperanças nas reformas. Numa teocracia democrática, a especulação é fútil – a complicada rede de instituições políticas, em combinação com forças sociais diversas, pode inclinar a balança a favor da democracia ou da teocracia.

Ghoncheh Tazmini . Especialista em política iraniana